



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Trabalho e expressões da questão social

A QUESTÃO SOCIAL NO CONTEXTO DE PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL: precarização e superexploração da força de trabalho

CLARISSA TENÓRIO MARANHÃO RAPOSO ¹

RESUMO

O presente artigo trata das particularidades que caracterizam a questão social no contexto de pandemia da COVID-19. Fundamenta-se na teoria marxista da dependência para compreender a especificidade do capitalismo dependente e periférico. Destaca as tendências de precarização do trabalho, no contexto de capital pandêmico como: a informalidade e a *uberização do trabalho*. Analisa alguns elementos da conjuntura específica brasileira e reflete sobre os impactos mais negativos para a classe trabalhadora, haja vista o acirramento das desigualdades sociais. Conclui que a precarização e a superexploração da força de trabalho, constituem mediações concretas para análise da questão social no capitalismo dependente.

Palavras-chave: Questão social; capitalismo dependente; Superexploração; Precarização.

ABSTRACT

This article deals with the particularities that characterize the social issue in the context of the COVID-19 pandemic. It is based on the Marxist theory of dependency to understand the specificity of dependent and peripheral capitalism. It highlights the trends of precariousness of work, in the context of pandemic capital, such as: informality and uberization of work. It analyzes some elements of the specific Brazilian conjuncture and reflects on the most negative impacts for the working class, given the intensification of social inequalities. It concludes that the precariousness and overexploitation of the workforce constitute concrete mediations for the analysis of the social issue in dependent capitalism.

Keywords: Social issue; dependent capitalism; overexploitation; precariousness.

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal De Alagoas

I. INTRODUÇÃO

A fim de compreender as particularidades que caracterizam a questão social no cenário atual brasileiro, pretendemos aqui aprofundar o debate sobre **a relação entre questão social e trabalho**, e analisar alguns impactos negativos trazidos pela pandemia da COVID/19, especialmente para a classe trabalhadora, levando em consideração as peculiaridades socioeconômicas de um país de capitalismo dependente e periférico, como o Brasil.

Em decorrência da pandemia da COVID/19 tem-se observado um significativo aumento da pobreza principalmente na classe trabalhadora, não obstante o coronavírus tem ceifado milhões de vidas ao redor do mundo. Especialmente nos países subdesenvolvidos ou ditos de terceiro mundo, o agravamento da pobreza de ampla parcela da classe trabalhadora, encontra-se associado à pandemia, mas igualmente observa-se que tal fenômeno tem se revelado também em países desenvolvidos. Ricardo Antunes (2020), em sua mais recente obra *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado* coloca que nos Estados Unidos os sem tetos estão dormindo em praças públicas e estacionamentos; há enormes filas em busca de auxílios financeiros ou de gêneros alimentícios. Se tais situações existem em países considerados desenvolvidos, imaginemos o que ocorre nos países de capitalismo dependente, onde a superexploração da força de trabalho é uma condição fundamental para a acumulação de capital.

Ao considerar “lógica destrutiva do capital”², especialmente no Brasil do século XXI, constata-se um conjunto de estratégias que provocam, ao mesmo tempo, metamorfoses no mundo do trabalho e mudanças no modo como o Estado passa a intermediar a relação capital-trabalho, as quais se traduzem pelas atuais reformas na legislação trabalhista, eliminação de proteções, garantias e direitos.

O nosso interesse neste artigo não está em apenas apontar as características ou “formas de ser” das expressões da precarização do trabalho, mas sim, em

2

adensar o debate sobre **a relação entre precarização e superexploração do trabalho**. Mais especificamente, trata-se de analisar as mudanças que afetam as relações capital-trabalho, as quais sofreram alterações radicais com o padrão de acumulação flexível, tendo como mediações centrais a precarização do trabalho e a superexploração da força de trabalho³.

Assim, inspirada na teoria marxista da dependência de Ruy Mauro Marini e nas categorias do capitalismo dependente e da superexploração da força de trabalho, intencionamos captar alguns elementos essenciais a fim de estabelecer uma conexão clara entre esta categoria teórica e as novas modalidades de trabalho precário, tão expressivas na atualidade.

Particularmente no Brasil, constatamos situações ainda mais severas, especificamente no mundo do trabalho. No que tange a classe trabalhadora, observamos um aumento do desemprego, da informalidade e do trabalho flexível baseado nas plataformas digitais, além das dificuldades enfrentadas no acesso aos benefícios, como auxílio emergencial, seguro desemprego e cestas básicas, dentre outros. Estas situações parecem apontar para um incremento da superexploração da força de trabalho, a qual se expressa através da intensificação do fenômeno de precarização do trabalho, já existente antes da pandemia.

Em suma, o contexto atual de crise do capitalismo contemporâneo, quando o mundo e o Brasil atravessam a maior crise sanitária instaurada pela pandemia do COVID-19, coloca-nos a necessidade de compreender os elementos estruturais da realidade social que estão articulados aos elementos da conjuntura específica, os quais apontam para o esgotamento da fase expansiva do capital, ampliação do desemprego, pauperização, precarização e superexploração da força de trabalho, e para o acirramento da questão social.

II. DESENVOLVIMENTO

³No plano da Teoria da Dependência, “a superexploração não é apenas um conjunto de mecanismos que levam à elevação da taxa de mais-valia, mas, para além disso, constitui-se em uma categoria central – aliás, a mais importante – da teoria marxista da dependência”. (CARCANHOLO, 2013: p. 81).

Percorrendo a trilha que envolve a discussão sobre as mutações e a precariedade das relações de trabalho, especialmente no contexto brasileiro das duas últimas décadas, observa-se que a **desvalorização da força de trabalho** coloca-se como a principal **estratégia de ampliação das margens de lucro** por parte do capitalista. A saber, o incremento tecnológico, as novas técnicas de organização da produção e os métodos flexíveis de contratação, como o sistema de trabalho em domicílio e das cooperativas de trabalho, a uberização do trabalho, compõem um conjunto de tendências representadas pela terceirização, subcontratação (informalidade) e flexibilização do trabalho.

No que toca as profundas metamorfoses no mundo do trabalho, corroborando Antunes (2006), o quadro atual de precarização do trabalho expressa um processo de institucionalização da instabilidade do emprego, com a ampliação dos níveis de informalidade e ao mesmo tempo, uma intensificação dos mecanismos de exploração da força de trabalho.

A saber, a relação entre superexploração e precarização do trabalho fora analisada por Mota (2013), a qual remete imediatamente à violação do valor da força de trabalho e à apropriação por parte do capital, do trabalho excedente dos trabalhadores. A autora em seu ensaio, *Superexploração: uma categoria explicativa do trabalho precário* analisa as diversas modalidades de trabalho precário sob as determinações da atual fase de subsunção formal e real do trabalho ao capital, onde a potenciação da exploração do trabalho se manifesta através de sua precarização, a qual deve ser apreendida como um processo de desvalorização da força de trabalho. Segundo a referida autora, alguns aspectos determinantes dessa precarização, tais como: baixos salários, salário por produção ou salário por peça, acordos de banco de horas configuram alguns métodos de assalariamento que apesar de facilitarem o acesso aos bens necessários à sobrevivência estimulam formas sutis de redução do tempo de descanso necessário para repor o desgaste físico e mental de longas e extensas jornadas de trabalho.

Dessa maneira, as diversas modalidades de trabalho informal ou “trabalho por conta própria” relacionados aos diversos mecanismos de intensificação do trabalho, revelam as atuais tendências de incremento da superexploração da força de trabalho.

Se estamos corretos ao afirmar que existe uma articulação entre a categoria da superexploração da força de trabalho e a **precarização do trabalho**, indagamos: quais são as tendências atuais de incremento da superexploração da força de trabalho no Brasil contemporâneo? Como essas tendências se evidenciam como expressões da questão social no contexto de pandemia? Quais os elementos que constituem as particularidades da questão social no capitalismo dependente?

A especificidade que define a condição de capitalismo dependente, para Ruy Mauro Marini se traduz, principalmente pela categoria da *superexploração da força de trabalho* e pelos mecanismos de transferência de valor.

Em breves linhas, mediante a configuração de um intercâmbio desigual⁴, as economias centrais se diferenciam das economias dependentes: as primeiras tendem a se apropriar de um valor produzido por capitais operantes na segunda economia.

Quanto às modalidades que compõem a superexploração da força de trabalho, segundo Marini (2000), no plano do intercâmbio desigual entre os países centrais e periféricos, operam-se alguns mecanismos de transferência de valor. Vejamos como isto acontece. Dentro da totalidade do sistema mundial de acumulação capitalista existe uma diferenciação nos níveis das forças produtivas em relação aos distintos países, haja vista os níveis de desenvolvimento desigual e combinado existentes na totalidade do sistema mundial capitalista. Sendo assim, esses diferentes níveis de desenvolvimento inerentes aos distintos blocos de países, acabam se tornando um fator preponderante para uma maior acumulação de capital por parte dos países centrais, porque é exatamente esses níveis desiguais e combinados que geram uma possibilidade destes países burlarem a lei do valor.

Nesse sentido, Marini, nos fala que

4 O conceito de intercâmbio desigual é explicitado por Ruy Mauro Marini, em sua obra clássica, *Dialética da Dependência* (2000), onde o autor procura analisar as leis próprias da economia dependente. Ao tomar como referência a divisão internacional do trabalho a expansão do mercado mundial, Marini desenvolve uma análise sobre as relações entre as nações dependentes e as nações centrais. Segundo Marini, sob a lógica do intercâmbio desigual, identificam-se mecanismos de transferência de valor e de compensação, por parte das nações dependentes, fundadas na produtividade e no monopólio da produção (nações centrais). Como consequência, tem-se a descapitalização dos países dependentes.

O mero fato de que umas produzem bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade (apud TRASPADINI; STEDILE, 2011, p. 145).

Portanto, podemos dizer que os países centrais conseguem iludir a lei do valor por conta do seu maior desenvolvimento capitalista e assim, acumular mais capital através da transferência de valor efetuada pelos países dependentes, já que estes se encontram em uma condição que nada podem fazer, dada as determinações históricas e socioeconômicas já estabelecidas.

Diante disso, o que resta para os países dependentes é procurarem formas para amenizar essa perda de capital em relação aos países centrais, o que nos leva diretamente à sua peculiaridade: *a superexploração da força de trabalho*.

Em torno destas formulações, cuja chave interpretativa encontra-se nas categorias econômicas marxistas; exploração (Marx), capitalismo dependente e superexploração da força de trabalho em Marini, passaremos agora a problematizar alguns elementos determinantes que a nosso ver, constituem a particularidade da questão social no capitalismo dependente brasileiro, especialmente na conjuntura específica de pandemia do coronavírus - COVID-19.

Ao considerar as distintas formas de trabalho precário baseadas na subcontratação e terceirização é possível constatar que algumas modalidades ou tendências atuais de incremento da superexploração da força de trabalho, se manifestam pela submissão do trabalhador às exigências do capitalista, e às formas de remuneração da força de trabalho, que estão abaixo do **valor socialmente necessário** à sua sobrevivência.

Ainda com relação à **superexploração**, comprovamos que o salário insuficiente ou o processo de trabalho com sobrecarga (desgaste físico ou intensificação do ritmo de trabalho) submete o trabalhador às formas mais degradantes de trabalho e diminui a sua vida útil. Concomitantemente à baixa remuneração, evidencia-se também que a superexploração da força de trabalho

pode ser mediada pela polivalência, pelo prolongamento da jornada de trabalho e pela combinação entre produtividade e intensidade do trabalho, o que acarreta um aumento do índice de acidentes de trabalho, levando ao adoecimento e até a morte dos trabalhadores, muitas vezes, escamoteados pelas empresas.

A exemplo do fenômeno da *uberização do trabalho* que atualmente se apresenta como alternativa de emprego para aqueles trabalhadores informais e caracteriza-se pela qualificação dos indivíduos como “empresas de si”, chegando a trabalhar até 14 (quatorze horas) horas por dia, revelam-se modalidades criativas e precarizadas das relações de trabalho e uma nova tendência de “maximização da exploração da sua força de trabalho” onde “os velhos conceitos de mais-valia e propriedade privada dos meios de produção” ainda persistem (FIRMINO;CARDOSO,2018,p.19)

Nesse sentido, não restam dúvidas de que a superexploração se dá por meio das variadas formas de trabalho precário, e da intensificação do trabalho combinada com os mecanismos de prolongamento da jornada de trabalho, garantindo assim, a extensão do trabalho excedente sobre o necessário. Logo, através dessas modalidades tem-se um incremento da taxa de mais-valia, combinada com o prolongamento da jornada de trabalho e a intensificação do trabalho; tem-se portanto, um aumento do grau de exploração e um desgaste da corporeidade viva do trabalhador.

Estas tendências, com base em Osório (2012), estão associadas à *fase do capital produtivo*⁵ (grifo nosso), consubstanciada no aumento da produtividade e na intensificação do trabalho, e pressupõem uma maior *subsunção do trabalho* ao capital e aos mecanismos de elevação da exploração, em condições que violam o valor da força de trabalho, seja em seu **valor diário**, seja em seu **valor total**. Por consequência, “a intensidade do trabalho acarreta um tipo de desgaste que reduz a vida útil do trabalhador em ‘condições normais’, mediante doenças nervosas e

5 A fase do capital produtivo, conforme Osório (2012), compreende a forma como o capital consome a força de trabalho. O autor acrescenta que nesta fase o capitalista, para incrementar a taxa de exploração, recorre a quatro formas fundamentais: “a compra da força de trabalho abaixo de seu valor; o prolongamento da jornada de trabalho; o incremento da produtividade do trabalho; e a intensificação do trabalho” (Idem, p. 54). A primeira forma se realiza na fase de circulação, enquanto as três últimas se realizam na fase da produção.

psicológicas, diferentemente do prolongamento da jornada, com desgastes físicos imediatos e incremento dos acidentes de trabalho” (Idem, p. 58).

Particularmente, na conjuntura específica da pandemia do coronavírus, os trabalhadores informais, representados em sua maioria pela juventude negra moradora das favelas e comunidades das grandes cidades e que compõem a classe trabalhadora foram lançados a própria sorte, na medida em que foram obrigados a trabalhar para sobreviver, contrariando as medidas de isolamento e distanciamento social. Vale dizer, que durante a pandemia da COVID-19, os trabalhadores negros e jovens que se encontram à margem da sociedade, tiveram que encarar a luta diária pela sobrevivência, sendo expostos diariamente à alta letalidade provocada pelo COVID-19, devido às péssimas condições de moradia, à falta de saneamento básico e ao acesso restrito e limitado aos serviços sociais prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Ainda no tocante às influências da pandemia, no quesito violência e criminalidade, no 1º semestre de 2020 observou-se um aumento dos casos de mortes violentas⁶ por homicídios, latrocínio e lesão corporal, quando comparado ao 1º semestre de 2019. De acordo, com a matéria intitulada *Violência, criminalidade e pandemia*, publicada no *Jornal A Folha de São Paulo*, constatou-se um elevado índice de criminalidade e mortes entre os negros e jovens em 2019. No entanto, constatou-se que no primeiro semestre de 2020, a taxa de negros mortos pela polícia⁷ foi 03 (três) vezes maior do que no primeiro semestre de 2019.

Esses dados revelam-nos que, especialmente no cenário brasileiro no período mais crítico da pandemia, houve um aumento significativo do índice de violência, por parte de um aparato policial representado pelo Estado burguês e pelo atual governo federal, o qual assume uma política de cunho conservador com traços próprios do

6 Foram registrados 24.012 casos de assassinatos no 1º semestre de 2019. Já no primeiro semestre de 2020, foram 25.712. Fonte: 14º anuário brasileiro da segurança pública. Dados publicados na Folha de São Paulo. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/10/violencia-criminalidade-e-pandemia.shtml>. Acesso em 23/08/2022.

7 A Taxa de negros mortos pela polícia para cada 100 mil habitantes foi 4,2, enquanto que a taxa de brancos mortos pela polícia foi de 1,4. Fonte: 14º anuário brasileiro da segurança pública. Dados publicados na Folha de São Paulo. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/10/violencia-criminalidade-e-pandemia.shtml>. Acesso em 23/08/2022.

fascismo. Assim, no contexto de crise política e de crise sanitária, em defesa de uma agenda política ultraliberal⁸ pautada no negacionismo e obscurantismo, o atual presidente destacou-se inclusive na mídia internacional como um governo genocida por estimular padrões de sociabilidade racistas, misógenas e homofóbicas, minimizar os impactos trazidos pela pandemia, as mortes ocasionadas pela COVID-19 e ainda se posicionar contrário à vacina.

Portanto, podemos afirmar que a situação da classe trabalhadora é ainda pior nesse momento de pandemia, o que nos obriga a refletir sobre essa difícil realidade e defender estratégias e formas para empreender uma luta anti-capitalista, anti-classista e anti-racista, em busca da superação do modo de produção capitalista.

No que tange às particularidades da questão social no Brasil, fundamentada na perspectiva crítico marxista, na concepção do trabalho e na contradição capital/trabalho, defende-se um conhecimento crítico por meio da apreensão das formas de exploração emergentes no contexto do capitalismo brasileiro contemporâneo, para além da caracterização das suas manifestações empíricas. Em breves linhas, a análise das particularidades da questão social no Brasil, ultrapassa a caracterização dos fenômenos e das expressões objetivas ou “formas de ser” da questão social.

Neste sentido, vale frisar tendo em vista as *expressões históricas da questão no Brasil*, a teoria marxista da dependência de Ruy Mauro Marini, revela-se como um aporte teórico necessário para apreensão das particularidades da questão social no Brasil, na medida em que oferece-nos categorias essenciais, que possibilitam a apreensão da dinâmica própria da acumulação capitalista nos países dependentes.

Pela mesma trilha do pensamento de Marini, a proposta teórica de Osório (2012) evidencia o papel heurístico da noção de padrão de reprodução do capital, sublinhando que esta categoria estabelece mediações entre os níveis mais gerais de análise (modos de produção capitalista e sistema mundial) e os níveis menos

⁸Considera-se que a política ultraliberal, a qual é defendida pelo Governo Bolsonaro, representa um conjunto de novas estratégias de redução do papel do Estado e defesa do “equilíbrio” das contas públicas, preconizando as diretrizes de cortes nos gastos sociais, através das Reforma da Previdência e da Reforma Trabalhista.

abstratos ou histórico-concretos (formação econômico-social e conjuntura).

Sendo assim, Osório fundamentado em Marx, postula:

Em todas as formas de sociedade, é uma determinada produção e suas correspondentes relações que estabelecem a posição e a influência das demais produções e suas respectivas relações. É uma iluminação universal em que todas as demais cores estão imersas e que as modifica em sua particularidade. (Marx, 2011,p.59 apud Osório,2012,p.37)

Sob a noção do padrão de reprodução do capital, Osório (2012) estabelece um caminho possível à análise das distintas realidades econômicas, e formas de sociedade, em sua articulação com a lógica do capital.

Com base nessa perspectiva, o referido autor, assevera que “(...) no marxismo, existem diferentes níveis de análise, uns mais abstratos, outros mais concretos, com categorias próprias em cada nível, mas inter-relacionadas ao *corpus* teórico que os constitui, os quais buscam dar conta de problemas de reflexão específicos”. (p.38)

Observando os diferentes níveis de análise, corroborando Osório (2012), destacam-se as noções como modo de produção, modo de produção capitalista, sistema mundial, formação econômico-social e conjuntura.

De acordo com o referido autor, no nível mais geral temos o modo de produção e o sistema mundial capitalista, no qual “(...) situam-se problemas como o mercado mundial, a divisão internacional do trabalho, o imperialismo, a dependência, o intercâmbio desigual e os movimentos cíclicos do capital, com suas ondas longas e suas fases de ascenso e descenso.” (p. 39)

No plano mais concreto, devem-se levar em consideração “os processos que o capital exerceu para estabelecer a sua ordem, como também as soluções e os conflitos abertos” (p. 40). Neste sentido, destaca-se a noção de conjuntura, a qual se constitui a partir da síntese de múltiplas determinações de processos variados e alimentados pelas unidades mais abstratas.

Em síntese, por meio da noção de padrão de reprodução do capital, é possível explicar como o capital se reproduz em distintas formações econômico-sociais do capitalismo dependente latino-americano. Além disso, é possível “definir os graus intermediários pelos quais as leis [que regem a economia dependente] se vão especificando” em tempos históricos e contextos determinados (Marini apud Ferreira

e Luce, 2012, p. 13).

Em consonância com o referido autor, o que importa-nos evidenciar é que, nos tempos atuais, onde a fragmentação e a dispersão divide e fragmenta o processo de conhecimento da realidade social, retornar à totalidade, coloca-se como a única maneira de dar sentido aos múltiplos processos, apreendendo as particularidades específicas.

Intencionando analisar os contornos específicos da questão social brasileira contemporânea, especialmente na entrada do século XXI, defendemos que a precarização do trabalho e a *superexploração da força de trabalho*, constituem mediações essenciais que determinam as desigualdades sociais no Brasil contemporâneo, sem abrir mão das categorias econômicas marxistas.

Na esteira destas reflexões, o nosso propósito é adensar o debate sobre a questão social no Brasil contemporâneo, mediado pela contradição capital-trabalho e articulados ao conjunto das desigualdades sociais imanentes à exploração da força de trabalho, a fim de aprofundar o conhecimento crítico sobre as particularidades da questão social no capitalismo dependente.

Sendo assim, depreende-se que o estudo das particularidades da questão social no capitalismo brasileiro dependente e periférico não se restringe à uma caracterização ou reflexão sobre o problema do desemprego, apesar de este ser estrutural. Na medida em que fundamenta-se na contradição capital trabalho (exploração em Marx), e na superexploração da força de trabalho (Marini), suscita novas mediações, como a precarização e a superexploração da força de trabalho que determinam os novos contornos da questão social no Brasil contemporâneo.

III. CONCLUSÃO

O atual padrão de reprodução do capital, apoiado na acumulação flexível, na financeirização e na transnacionalização, expõe as atuais tendências de

precarização e de incremento da superexploração do trabalho, que configuram um conjunto de novas estratégias de potenciação da exploração da força de trabalho por meio da intensificação do trabalho e de um processo de valorização do capital.

Não é por acaso que a ampla parcela da população trabalhadora é submetida ao processo de pauperização absoluta à exacerbação da precarização, exploração e degradação de sua força de trabalho. O trabalho informal, o trabalho intermitente, o trabalho por conta própria de baixa qualificação constituem diversas modalidades de contratos flexíveis⁹, os quais repercutem na redução dos salários, no agravamento do quadro das **desigualdades** sociais e nos altos índices de adoecimento, depressões e suicídios, principalmente na classe trabalhadora dos países periféricos.

Tal como se pôde ver, as distintas formas de trabalho precário baseadas na informalidade e terceirização, são mediadas pelas modalidades ou mecanismos de superexploração da força de trabalho, os quais se manifestam pela submissão do trabalhador às exigências do capitalista, e às formas de remuneração da força de trabalho, que estão abaixo do **valor socialmente necessário** à sua sobrevivência.

Dito de outra maneira, por trás da expansão das formas de trabalho instável e precário, identificadas como estratégia de *empreendedorismo*, constata-se, na realidade, uma tendência de incremento dos mecanismos de superexploração, mediante as novas formas de extração do trabalho excedente e do pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor.

Ao tomar como referência a relação imbricada entre *sistema de metabolismo antissocial do capital, crise estrutural e explosão do coronavírus*, Antunes (2020) coloca que estamos vivendo no Brasil uma dura e trágica realidade, onde uma massa de trabalhadores e trabalhadoras vivenciam um quadro de miséria e fome profunda, sendo que milhares desses trabalhadores foram dizimados e enterrados

9 Conforme Antunes, as situações instáveis, precárias, o flagelo do desemprego, assim como a redução dos direitos sociais e a erosão das conquistas históricas dos trabalhadores se refletem como consequências de uma “lógica destrutiva do capital”, em pleno século XXI. Sobre isso ver, *A Explosão do novo proletariado de serviços* In: *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. Boitempo, 2018. p.25-64

em cemitérios, vítimas das complicações da COVID-19, devido a falta de condições de habitação e de assistência médico-hospitalar. No contexto atual evidencia-se, portanto, a predominância do *capital pandêmico*, onde a classe-que-vive-do-trabalho, luta diariamente pela sua sobrevivência, evidenciando-se assim o seu caráter discriminatório em relação a classe social, gênero e raça.

Ainda no que tange os impactos da pandemia sobre a classe trabalhadora a análise de Antunes (2020), nos revela uma ampliação do fenômeno da *uberização do trabalho*, devido a expansão do universo informacional e das tecnologias de comunicação através das plataformas digitais. De acordo com o autor, nesta fase atual do *capital pandêmico* estamos vivenciando uma era *informacional-digital*, caracterizada por uma tendência acentuada de redução do trabalho vivo e uma ampliação do trabalho morto “resultado do domínio ‘inquestionável’ das corporações globais financeirizadas”.

Na esteira dessas reflexões, observa-se que a classe trabalhadora, especialmente no Brasil, nos termos de Antunes (2020) vive *sob o fogo cruzado*, entre a necessidade de trabalhar para sobreviver e as medidas de isolamento social, para evitar o risco de contaminação pelo coronavírus.

Acrescenta-se ainda que as tendências atuais da conjuntura brasileira reveladas pela recessão econômica, programática neoliberal, formas intensas de precarização, de exploração, de subemprego e desemprego colocam uma dura e concreta realidade para a classe trabalhadora no Brasil, ampliando o quadro de miserabilidade e de desproteção dos direitos sociais e das garantias trabalhistas.

Sendo assim, diante do exposto, podemos deduzir que no contexto atual de crise econômica e crise sanitária provocada pela pandemia da COVID-19, especialmente nos países de capitalismo dependente e periférico, as tendências de incremento da superexploração configuram um quadro de degradação do trabalho que expõem o trabalhador a condições precárias de sobrevivência e à pauperização, contribuindo assim, para o agravamento das desigualdades sociais e da questão social em suas expressões mais profundas.

IV-REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Marisa Silva; CARCANHOLO, Marcelo Dias. A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes. *Katálisis*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 216-225, 2009.

CARCANHOLO,M.D.(Im) precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho In: ALMEIDA FILHO,N. (Org.) Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini, Brasília: IPEA,2013.

ANTUNES,R. (Org.) *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo. Boitempo,2006.

_____. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*.1ª ed. São Paulo. Boitempo, 2018.

_____. *Coronavírus [recurso eletrônico] : o trabalho sob fogo cruzado - 1. Ed. - São Paulo : Boitempo, 2020.*

FIRMINO R;CARDOSO,B.A. A UBERIZAÇÃO DA Uber. In *Revista Le Monde Diplomatique Brasil*. Ano 11,nº130, maio 2018.

LUCE, Mathias Seibel. Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias – uma visão histórica. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MOTA,A.E. Superexploração: uma categoria explicativa do trabalho precário. *Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade Beira Interior*, v.2,p.87,2013.

OSÓRIO, J. Padrão de Reprodução do capital: uma proposta teórica In: FERREIRA,C.OSÓRIO,J.LUCE,M. (Orgs.). *Padrão de reprodução do capital:contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo. Boitempo,2012.

TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MENA,F.*Violência, criminalidade e pandemia*. Folha de São Paulo (online). São Paulo, 18/10/2020. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/10/violencia-criminalidade-e-pandemia.shtml>. Acesso em 23/08/2022.

